

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Para ministro, não pode haver ‘precipitação’	2
Título: Plano de privatizações de Guedes esbarra em resistência nos ministérios.....	3
Título: Nova política, velha e inepta.....	4
Título: Eletrobrás dá andamento a estudos para privatização	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Pacote de concessões inclui até canal e rede de saneamento.....	7
VEÍCULO: O Globo.....	9
Título: Gasolina brasileira.....	9
Título: Um antiministro no Meio Ambiente	9

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 21/04/2019****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes Idiana Tomazelli****Título: Para ministro, não pode haver 'precipitação'**

Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia, tem defendido "maior reflexão" na venda dos Correios e liquidação da Ceitec, de chips

Dentro do plano de enxugar a máquina pública, a equipe econômica do governo quer privatizar os Correios e liquidar a Ceitec, empresa responsável pela produção de chips de monitoramento de animais e medicamentos. Só os Correios têm mais de 100 mil funcionários e acumulam prejuízos nos últimos anos. Mas o Ministério da Ciência e Tecnologia, comandado por Marcos Pontes, tem defendido maior reflexão sobre a estratégia para as empresas, que estão sob sua tutela. Pontes disse ao Estado que não é contra o programa de privatização e que está "alinhado" às diretrizes de Guedes, mas defende que a decisão deve ser baseada em fatos, números e um plano de negócios bem estruturado, que leve em conta as necessidades estratégicas do País, o retorno para o governo e "principalmente" a garantia dos direitos dos servidores.

"É uma decisão importante que afeta dezenas de milhares de famílias e precisa ser feita de forma responsável e lógica, sem precipitação", afirma. A privatização da Eletrobrás também esbarra no impasse sobre o modelo da operação e nas resistências políticas do Congresso Nacional e dentro do governo, inclusive na área militar. A empresa é um celeiro de cargos de indicação política para aliados. O secretário Especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, tem insistido em entrevistas recentes que a empresa será vendida ainda este ano, mas técnicos experientes do governo ouvidos pelo Estado apontam que as divergências são grandes e o processo pode não ser concluído em 2020.

Agenda. O Estado apurou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem conversado com o presidente Jair Bolsonaro sobre a necessidade de acelerar o processo de venda e liquidação das estatais. Bolsonaro já aceitou incluir os Correios na lista, segundo interlocutores do ministro. A crise provocada pela suspensão do aumento do diesel pelo presidente, na avaliação de assessores da área econômica, que colocou em xeque a agenda liberal de Guedes, segundo fontes, pode ajudar a "empurrar" a agenda de privatizações. Um sinal dessa melhora recente foi interpretada pela área econômica pela fala do presidente Bolsonaro de que tem "simpatia inicial" pela ideia de privatização da Petrobrás.

A declaração foi feita quando o presidente foi convidado a comentar a declaração dada na quarta-feira por Paulo Guedes, de que Bolsonaro havia "levantado a sobrelhaça" quando foi aventada a ideia de privatizar a estatal. Entre as empresas que devem ficar mais enxutas após a venda de subsidiárias, como Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa, o BB é o que levanta as maiores resistências. Avaliação interna é que a Caixa e a Petrobrás têm caminhado com as políticas definidas pelo ministro Paulo Guedes, mas no BB a implementação das mudanças tem sido mais difícil. A Petrobrás já anunciou, semana passada, que vai vender 60% de quatro refinarias nas regiões Nordeste e Sul do País.

Além de gerar caixa para a empresa, o esperado é que, com a participação da iniciativa privada, seja eliminada qualquer chance de o próximo governo interferir nos preços dos combustíveis, como aconteceu na gestão petista. A estatal também confirmou que estuda vender uma fatia de sua participação na BR Distribuidora.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/04/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Plano de privatizações de Guedes esbarra em resistência nos ministérios

Ajuste. Empresas que estão no topo da lista do plano de desestatização estão até contratando pessoal; maiores obstáculos ao projeto de venda de estatais vêm dos ministérios de Ciência e Tecnologia, Agricultura, **Minas e Energia** e Infraestrutura

Nem a condição de "superministro" de Paulo Guedes tem sido suficiente para convencer colegas da necessidade de privatizar estatais para enxugar a máquina pública e reduzir gastos. Empresas do topo da lista para serem vendidas ou fechadas estão até mesmo recebendo novos funcionários. As maiores resistências vêm dos ministérios de Ciência e Tecnologia, Agricultura, Minas e Energia e Infraestrutura. O plano de privatizações é um dos pilares da política econômica de Guedes, que chamou o empresário Salim Mattar, dono da Localiza, para levar adiante a desestatização.

A meta é obter neste ano receita de US\$ 20 bilhões. Desse valor, o governo diz ter cumprido mais da metade, com US\$ 11,4 bilhões em desestatizações e US\$ 646 milhões em desinvestimentos. Boa parte é de concessões gestadas em governos anteriores. O Tesouro injeta mais de R\$ 18 bilhões ao ano para fechar as contas das estatais dependentes (incapazes de gerar receitas para bancar as despesas). Elas pagam, em média, salário mensal de R\$ 13,4 mil, seis vezes mais que o rendimento médio do trabalhador com carteira assinada. Mas a

catequese para convencer os demais ministros a se desfazerem de suas empresas não está fazendo efeito. Um dos símbolos da dificuldade é a resistência do ministro Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia, em vender suas estatais, como os Correios.

A EBC, empresa de comunicação que o próprio Jair Bolsonaro defendeu extinguir ou privatizar, agora teve os planos revistos pelo Palácio do Planalto. A Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que atua nas áreas de planejamento, estruturação e qualificação de projetos de infraestrutura de transportes, estava perto da extinção, mas está repondo vagas e contratando pessoal. Segundo a empresa, dos 143 cargos de que dispõe, sete estão em fase de contratação neste mês, "haja vista os desligamentos recentes". A EPL não comenta a intenção do governo de fechá-la. A intenção da área econômica era também privatizar a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que apura estatísticas agropecuárias, faz a regulação dos preços mínimos com armazenagem de estoques e tem cerca de 4 mil funcionários.

A avaliação é de que há outras formas mais eficientes para exercer essa política, e quem acaba ganhando com o desenho atual são os "atravessadores", que levam o estoque dos armazéns para centros consumidores. O BNDES quer trabalhar nos planos de venda da empresa e participa de reuniões técnicas com o governo, mas auxiliares da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, consideram que a hipótese de privatizar "está afastada". A pasta só aprova a redução nos ativos subaproveitados ou com alto custo. O objetivo é "tirar gordura para ganhar musculatura", o que esbarra na estratégia de Guedes. Apesar da dificuldade, Salim Mattar é otimista. "O processo de desestatização é irreversível. É questão de tempo."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/04/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Nova política, velha e inepta

Desorganizado, acuado e forçado a negociar antes da hora detalhes da reforma da Previdência, o governo do presidente Jair Bolsonaro falhou até hoje na execução de novas políticas de alguma relevância. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já admitiu antecipar a Estados até R\$ 6 bilhões do leilão do pré-sal previsto para outubro. Objetivo: garantir apoio de governadores à mudança das aposentadorias. Seu chefe, encastelado no Palácio do Planalto, interveio na

gestão da Petrobrás, forçou o adiamento de um reajuste do diesel e acabou conseguindo um aumento menor.

Resumindo: 1) votos continuam sendo comprados, sem escândalos como o do mensalão, mas o troca-troca inegavelmente permanece em vigor; 2) ao mesmo tempo, o intervencionismo é reeditado e, pior que isso, praticado de forma voluntarista, numa ação de varejo, sem ser sequer disfarçado como parte de um projeto econômico. É isso a nova política? As figuras mais sérias do Executivo nem mesmo tentam negar a confusão dominante no governo por mais de três meses. Tentam, no entanto, dar boas notícias. Apesar de ruídos políticos, tem melhorado o diálogo dentro do Executivo e entre o Executivo e o Legislativo, disse em São Paulo, num evento da Câmara de Comércio França- Brasil, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

O secretário, remanescente da gestão do presidente Michel Temer, é, dentro da equipe, uma rara figura com experiência de governo. Seu chefe, o ministro da Economia, com reputação formada como economista e como empresário do setor financeiro, foi chamado para comandar, com sua experiência acadêmica e profissional, uma área crucial para o sucesso do governo. Mas acabou forçado a entrar em negociações políticas, porque figuras do Executivo escaladas para a função falharam de forma indisfarçável. Sem coordenação, o grupo apontado como base parlamentar fracassou desde os primeiros dias e foi incapaz de garantir sucesso na primeira e mais simples etapa de tramitação da reforma da Previdência, a passagem pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Não se conseguiu levar a voto o texto do relator antes da Páscoa nem evitar a discussão, nessa fase, de questões de mérito, próprias da etapa seguinte. O ministro da Economia atribuiu esses tropeços à inexperiência de parte da base. O distinto público deve aceitar essa explicação e achar tudo certo? Mas a equipe do Executivo também falhou mais de uma vez, sem coordenação e sem clara definição de prioridades. O ministro Paulo Guedes poderia ter-se concentrado no encaminhamento e na defesa da reforma da Previdência, mas embaralhou o debate falando antes da hora sobre o projeto de um regime de capitalização. Ao mesmo tempo, a equipe abriu a discussão sobre a reforma tributária, sem explicar com clareza os objetivos e o significado econômico da proposta.

A mudança, supõe-se, deve ter fins mais amplos que a simplificação, mas pouco se informou além desse ponto. Enquanto o governo tomava um baile da oposição e do "Centrão" na Comissão de Constituição e Justiça, o presidente da República assustava o mercado forçando a suspensão de um reajuste de preço do diesel. Depois de anunciada, a mudança ficou suspensa por vários dias, enquanto o presidente discutia o assunto com ministros e dirigentes da estatal.

Anunciado uma semana depois, o aumento foi revisto de 5,7% para 4,8%. O presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, tentou explicar tecnicamente a decisão recauchutada e reafirmar a independência administrativa da empresa. Mas o recuo era um fato escancarado e, além disso, ele foi incapaz de dizer com clareza como ficaria a política de preços da empresa.

Pessoas de muito boa vontade podem ter acreditado nas explicações – e ninguém mais. Ao cuidar do diesel, o presidente Bolsonaro mostrou-se receptivo às pressões de caminhoneiros e à manutenção do cartel do frete, motivo de reclamações bem fundadas da ministra da Agricultura. Viva o cartel, dane-se a agricultura? Passados quase quatro meses de governo, o quadro da nova política teria de incluir também os bem conhecidos desastres na educação e na diplomacia. Terá o presidente percebido esses fatos? Essa é a pergunta mais inquietante.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/04/2019

Seção: Economia

Autor: Cristian Favaro Altamiro Silva Júnior Cynthia Decloedt

Título: Eletrobrás dá andamento a estudos para privatização

Presidente da empresa afirma que trabalhos começaram a ser aprofundados para definir modelagem

Apesar da resistência de alguns integrantes do Planalto, o processo para privatização da Eletrobrás está avançando. O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, afirmou que os estudos sobre a venda da empresa continuam em andamento e estão sendo aprofundados. A maior dúvida é como será o processo, se por meio de uma capitalização ou privatização. "Abriu um período de avaliação dessas alternativas. Estamos aprofundando estudos e devemos ter alguma conclusão, se vamos para capitalização, olhando para eliminação do risco hidrológico, ou se vamos para um programa de venda da empresa", disse o executivo, durante evento organizado pela agência de classificação de riscos Fitch Rating, na quarta-feira, em São Paulo.

Na ocasião, Ferreira Júnior voltou a se mostrar mais favorável ao processo de capitalização como uma forma de fortalecer a empresa e dar a ela capacidade de fazer frente aos investimentos necessários para o setor. "Ela não é capaz de enfrentar um programa de investimento nas proporções do que ela representa", defendeu o executivo, acrescentando: "É preciso capitalizar a empresa, que tem importância no País." O executivo explicou que, apenas para

a empresa manter seu market share, ela teria de investir por ano entre R\$ 10 bilhões e R\$ 14 bilhões. "Ano passado, estive entre R\$ 4,6 bilhões", disse. Segundo Ferreira Junior, para os próximos anos, mantendo um nível saudável e o endividamento controlado, os investimentos ficariam também na casa dos R\$ 4 bilhões.

Redução de custos. O executivo voltou a defender um enxugamento da folha de pagamento da companhia. A venda da empresa, segundo ele, não seria para tirá-la do Estado, mas "dos empregados", diante do forte "corporativismo dentro da empresa". "A Eletrobrás tinha 26 mil empregados. Chegamos a 13,5 mil. O drama principal é o drama da governança." O presidente da Eletrobrás afirmou ainda que terá de seguir vendendo ativos para melhorar a geração de caixa e seu perfil de crédito, caso haja atraso na privatização da estatal. "Teremos de continuar vendendo ativos", afirmou, reiterando que a companhia deve anunciar agora em maio a venda de 40 Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Ferreira Júnior comentou ainda que a estatal está na fase final das obras nas usinas de Santo Antonio e Jirau, em Rondônia. "Sinop será concluída no primeiro semestre e belo monte, até novembro", frisou o executivo. Ele ressaltou os esforços de corte de custos que a Eletrobrás tem feito e disse que eles devem continuar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/04/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Pacote de concessões inclui até canal e rede de saneamento

Santos - A Codesp prepara um pacote de concessões de áreas e serviços hoje realizados pela estatal. A primeira da fila envolve o canal de navegação.

"Queremos ter o modelo dessa concessão pronto em quatro meses. Depois, o projeto ainda passa pelo TCU e por cem dias de consulta pública", diz Carvalho. "O objetivo de Santos é atender 100% da nossa demanda. Vamos conceder o canal para ganhar agilidade. O plano envolve atividades como dragagem, sinalização, balizamento, monitoramento ambiental e o tráfego."

A ideia, segundo ele, é que a Codesp continue com o poder sobre o controle das movimentações de navios. "O comando ainda será nosso, mas executado totalmente pelo operador do canal."

A remuneração do vencedor do certame seria variável de acordo com a demanda e com indicadores como o tempo de fila dos navios e o total de movimentos realizados no trimestre.

Um conjunto de 30 quilômetros de ruas e avenidas às margens dos terminais também será concedido.

"Não é a função do administrador do porto fazer pavimentação, não é o que fazemos de melhor. O modelo de concessão rodoviária é ideal."

O concessionário seria responsável por pavimentação, sinalização, iluminação e monitoramento das vias. Em contrapartida, poderia cobrar tarifas por quilômetro rodado de cada caminhão.

A estatal também pretende mudar o regime da Portofer, ferrovia operada pela Rumo e com contrato até 2025. A Codesp quer negociar com a própria Rumo e com a MRS e a VLLum sistema de condomínio ferroviário.

Pelo plano, as três empresas teriam acesso aos trilhos, e os investimentos seriam rateados a depender do volume transportado por cada marca.

"Temos prevista a instalação de um pátio de manobras e novas faixas de trilhos para viabilizar o acesso de trens aos terminais em períodos de chuva, por exemplo."

A hidrelétrica de Itatinga, inaugurada em 1903, também deve ser concedida, após passar por uma readequação de sua tensão, atualmente fora dos padrões de mercado.

"É um ativo deficitário, mas que pode ter alguma atratividade depois de ser readequado. Estamos em negociação com a CPFL para analisar a viabilidade dessa conversão", afirma Carvalho.

Se não houver interessado, a usina será fechada e deverá virar um local para visitação pública. Com isso, a área em que está instalada poderá ser usada como compensação ambiental em futuros projetos, de acordo com a estatal.

Os serviços de água, esgoto e de gestão dos resíduos sólidos produzidos na área do porto também serão concedidos em um único contrato.

VEÍCULO: O Globo**Data: 21/04/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Gasolina brasileira**

A ANP está finalizando uma revisão nas especificações da gasolina brasileira. O consumo por litro deve cair. Tomara!

VEÍCULO: O Globo**Data: 21/04/2019****Seção: Colunas****Autor: Bernardo Mello Franco****Título: Um antiministro no Meio Ambiente**

Entre a eleição e a posse, o presidente Jair Bolsonaro desistiu de extinguir o Ministério do Meio Ambiente. Talvez fosse melhor ter mantido o plano original. A nomeação de Ricardo Salles transformou a pasta num playground da bancada ruralista. Ele atua como um antiministro, empenhado em destruir o que deveria proteger.

A escolha do advogado paulista já foi uma provocação. Antes de assumir o cargo, ele foi condenado por improbidade administrativa, acusado de fraudar um plano de manejo para favorecer mineradoras. Fundador do grupo Endireita Brasil, candidatou-se a deputado pelo Partido Novo, financiado por fazendeiros e fabricantes de armas. Não se elegeu, mas arrumou uma boquinha no governo do capitão.

Desde janeiro, Salles tem se dedicado ao desmonte do ministério. Acabou com a secretaria de mudanças climáticas e apoiou a transferência do Serviço Florestal Brasileiro e da Agência Nacional de Águas para outras pastas.

O antiministro também se especializou em ameaçar e perseguir servidores. Em fevereiro, promoveu uma demissão em massa no Ibama. Cortou as cabeças de 21 dos 27 superintendentes regionais do órgão, responsável pelo combate ao desmatamento.

Em março, transferiu a atuação do atacado para o varejo. Ele exonerou José Augusto Morelli, fiscal do Ibama que autuou Bolsonaro por pesca ilegal em 2012. O então deputado foi fotografado com a vara de pescar numa estação ecológica, mas alegou que estava no aeroporto. A multa foi cancelada no apagar das luzes do governo Temer.

Nos últimos dias, Salles radicalizou a caça aos servidores. Abriu processo disciplinar contra funcionários do ICMBio que não compareceram a uma reunião dele com parlamentares ligados ao agronegócio. A atitude levou o presidente do órgão a entregar o cargo. Em nota, servidores acusaram o ministro de trabalhar pela "destruição da gestão ambiental federal"

O clima de intimidação tem produzido resultados. No início do mês, o presidente do Ibama se dobrou à pressão e autorizou um leilão de petróleo próximo a Abrolhos. Ignorou um parecer técnico que alertou para o risco de um vazamento atingir o paraíso de corais. No país de Mariana e Brumadinho, não parece exagero temer por uma nova tragédia em alto-mar.

MME / ASCOM .